

Constituinte não terá prazo fixo para concluir trabalhos

Foto: Moreira Maris



O deputado Ulysses Guimarães (dir.) conversa com o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso



Pessoas assistem das galerias os debates realizados no plenário, durante a votação dos destaques da emenda convocatória

Da Sucursal de Brasília

Somente às 22h10 de ontem o plenário do Congresso conseguiu aprovar por 297 votos contra 94, os destaques propostos pelo líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, que estabelecem que a Constituinte não terá prazo para concluir seus trabalhos e que o Congresso poderá ter suas funções legislativas suspensas. O primeiro destaque suprime a expressão "sem prejuízo de suas atribuições legislativas" do art. 1º do substitutivo Giavarina. O segundo suprime a expressão "no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura" do art. 3º, que estabelece o prazo para o fim dos trabalhos.

A votação dos destaques atrasou devido à confusão causada pela votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o primeiro destaque que estabelecia quorum de dois terços para que a expressão "sem prejuízo das atribuições constitucionais" fosse mantida, o que encontrava a resistência dos senadores. Atendendo a pedido do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, os senadores deram quorum para votar a matéria, aprovando o parecer formulado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Após a votação, 28 senadores votaram a favor e igual número contra. O voto de desempate coube ao presidente do Senado, José Fragelli, a favor do parecer.

A expressão foi eliminada do texto do substitutivo do deputado Valmor Giavarina, que convoca a Constituinte. Muitos senadores temem que a ausência da menção às atribuições constitucionais dos parlamentares traga inconvenientes para a participação, na Constituinte, dos senadores eleitos em 1982.

Por isso, embora a decisão tomada ontem a noite tenha contribuído para a continuação dos trabalhos e votação dos destaques que faltavam para o primeiro turno de apreciação da emenda, havia dúvida quanto à apreciação da matéria, em seu mérito, em segundo turno.

A votação do parecer da Comissão provocou tumultos durante todo o dia de ontem no Congresso, tendo impedido até as 20h qualquer avanço na direção de uma deliberação sobre a matéria.

A tarde, a Mesa do Senado providenciou a leitura de uma declaração firmada pelos líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT e PCB na Câmara — respectivamente Pimenta da Veiga, José Lourenço, Prisco Viana (autor do destaque que eliminava a expressão) Nadyr Rosseti e Alberto Goldman — e do PMDB e PFL no Senado — Humberto Lucena e Carlos Chiarelli. A nota dizia que a exclusão desta expressão do substitutivo Giavarina não afetará a emenda, "já vez que a competência da Câmara, Senado e Congresso Nacional são as constantes da Constituição em vigor".

O líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), não firmou a nota e manifestou sua discordância, promovendo pouco depois a retirada de seus liderados do plenário durante a votação do parecer.

O parecer da Comissão declara que a emenda Valmor Giavarina foi votada sem referência às "atribuições constitucionais" dos parlamentares e estes, se quiserem mantê-las, devem obter o quorum de dois terços dos votos nas duas Casas Legislativas, de realização impossível.

Para posicionar-se sobre o assunto, o PMDB reuniu sua bancada no Senado, no início da tarde. O presidente do Partido, Ulysses Guimarães, compareceu e dirigiu um apelo aos senadores para aprovarem o parecer, argumentando que o destino da Constituinte e a própria estabilidade do regime estavam em jogo.

Conseguiu a adesão dos senadores peemedebistas para votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça mas ninguém quis comprometer-se com o mérito da causa. Os senadores Fábio Lucena (AM), Saldanha Derzi (MS) e Itamar Franco (MG) discordaram de Ulysses e retiraram-se do plenário na hora da votação.

O PDS ausentou-se completamente e, do PFL, apenas três senadores compareceram: Jutai Magalhães (BA), Jorge Bornhausen (SC) e Nivaldo Machado (PE). Resultado: Colocado em votação, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça recebeu no Senado 25 votos a favor, dois contra e uma abstenção. Com não foi alcançado o quorum para deliberação (metade mais um), o presidente do Senado, José Fragelli (MS), suspendeu a sessão, convocando uma outra para as 20h.

Leia no pág. 2 o editorial "Conluio constitucional"

Clima de tensão marca trabalhos

Da Sucursal de Brasília

O destino da emenda que convoca a Assembléia Nacional Constituinte foi uma incógnita durante todo o dia de ontem. Toda a parte da manhã e da tarde foi consumida em pronunciamentos sobre os mais variados assuntos, de fraude eleitoral em Goiás até a baixa artificial das ações da Petrobrás, para dar tempo às articulações e entendimentos partidários que viabilizassem a votação.

Por volta das 15h30, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, reuniu os líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Humberto Lucena, do PFL, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço, e o senador Jorge Bornhausen. Deste encontro, que durou menos de meia hora, resultou a

redação de uma declaração conjunta de voto, depois subscrita pelos líderes do PDS, deputado Prisco Viana, do PDT, Nadyr Rossetti, e do PCB, Alberto Goldman, em que se declarava que a exclusão da expressão "sem prejuízo dos poderes congressuais da Constituinte" do texto da emenda pretendida pelo PDS através de destaque, não alteraria a competência e as atribuições da Câmara e do Senado.

Resistências

A nota foi redigida com o objetivo de quebrar a resistência dos senadores de vários partidos cujo mandato termina em 1990, e que se recusaram a aprovar o parecer da Comissão de Justiça, favorável ao quorum de dois terços para a aprovação da expressão. Eles entenderam que essa deci-

são acabaria por prejudicá-los diretamente, uma vez que não sendo eleitos em 1986, estariam implicitamente excluídos como poder constituinte.

Logo após a redação da nota, o líder Pimenta da Veiga chegou a anunciar que momentos depois seriam votados pacificamente tanto o parecer quanto a própria emenda. Contudo, o acordo de lideranças, firmado sem consulta às bancadas, não deu o resultado que seus líderes previam. No momento em que foi colocado em votação pela Câmara o parecer da Comissão de Justiça, por voto simbólico, o líder do PTB, Gastone Righi, pediu verificação de quorum. Procedida a chamada, a matéria foi aprovada pelos deputados, mas esbarrou, logo em seguida, no embargo dos senadores.

"Falta de comando" é comentário geral

Do enviado especial a Brasília

"Eu nunca vi tamanha falta de comando".

Essa frase foi ouvida centenas de vezes, anteontem e ontem, nos corredores do Congresso Nacional, durante o tragicômico espetáculo de votação da convocação do Congresso Constituinte. Mas quando chega a ser usada, como o foi, no final da tarde de ontem, por ninguém menos do que José Sarney Filho, 28, filho do presidente da República e deputado federal pelo PFL-MA, ganha uma contidência alarmante.

É claro que Sarney Filho, até por carinho filial, não inclui o pai na agressividade de sua frase, dirigida apenas às lideranças de todos os partidos. Mas a verdade é que a tentativa de votação de ontem — qualquer que seja o resultado final da sessão que se instalará às 20h — demonstra definitivamente o que a Folha já expusera ontem: não há a mais pálida evidência de coordenação política entre o governo e as bancadas que supostamente o apoiam ou entre os líderes de cada partido e seus liderados (exceto os do PT e do PDT). "Ou os líderes não conseguem explicar o que querem ou os senadores não conseguem entender os líderes", resumia Sarney Filho, ao transmitir, também, a "apreensão" com que seu pai acompanhava os lances vividos no Congresso.

"Calmos na anarquia", afirmava Armando Pinheiro (PTB-SP), 49, com a voz quase apagada pela festa que faziam, nos corredores do Congresso, os militantes do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte. "Constituinte, sem povo, não cria nada de novo", entoavam eles, acompanhados pelo deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), 46, vingado pelo fato de que seu parecer, como relator, foi jogado no lixo ainda antes da votação, em primeiro turno, da

Constituinte. "Se tivéssemos aprovação o plebiscito, nada disso teria acontecido", dizia o deputado paulista, referindo-se à sua proposta (rejeitada) para que se fizesse uma consulta popular para determinar se a Constituinte seria exclusiva ou congressual.

A alegria de Bierrenbach não combinava, entretanto, com a sua própria apreciação de que a não votação da Constituinte seria "desastrosa" para a imagem, já deteriorada, do Congresso perante a opinião pública.

Curioso é que todos os deputados e senadores que conversaram ontem com o repórter da Folha — e foram dezenas — concordavam com a visão do deputado paulista. Até o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, 69, tinha idêntica opinião, tanto que a transmitiu ontem de manhã aos senadores peemedebistas, em reunião destinada a quebrar a resistência deles (extensiva aos senadores dos demais partidos) à supressão de uma frase do texto original da emenda Valmor Giavarina. Essa frase ("sem prejuízo de suas atribuições constitucionais") é um primor de ambiguidade: primeiro, ao deixar a Constituinte em algum ponto do caminho entre a Constituinte independente e o Congresso constituinte (as duas grandes teses em debate na sociedade) e, segundo, ao não deixar claramente definido o papel que tocará aos senadores na futura Constituinte.

Ulysses disse também que se criaria, sem a votação este ano da Constituinte, um clima perigoso, que poderia atirar ainda mais os militantes pela Constituinte independente. O presidente peemedebista convenceu onze dos dezessete presentes, mas não adiantou grande coisa: à tarde, chegava-se ao impasse.

E, pior ainda, para um impasse que o deputado Roberto Freire (PCB-PE), 42, definia como "bizan-

tino". Completava a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), 49: "A 'Nova República' deveria acabar com o Senado", referindo-se ao interesse puramente corporativo de uma substancial parcela dos senadores, preocupados com a sua própria posição, já que não estava em jogo o substancial que é o debate Constituinte independente ou Congresso Constituinte.

Empurrado solitariamente em sua cadeira de rodas, rumo ao elevador dos parlamentares, o deputado Thales Ramalho (PFL-PE), 62, mestre na arte da negociação política, desabafava todo o seu desencanto: "Parece que as pessoas esqueceram de dialogar. E política é a arte de conversar".

Roberto Freire preferia enxergar um fundo mais político-ideológico em toda a questão, apesar de ele próprio ter apontado o bizantismo da discussão: "É o medo do imponderável que é uma Constituinte". O deputado pernambucano tem, ao menos, parte da razão, se se somar à sua frase a opinião de Armando Pinheiro ("fica provado que ninguém aprova mais nada na Casa"). De fato, a confusão partidária e mais os complexos resultados do último 15 de novembro levam tudo, no terreno político, para os caminhos do imponderável.

Tão imponderável que Bierrenbach entende, contrariando a opinião da maioria dos ministros e das lideranças da Aliança Democrática, que "agora, ninguém segura o grito de diretas-88". "O quadro ajuda as diretas-88 e ajuda também a Constituinte exclusiva", reforça Nadyr Rosseti, o deputado gaúcho que lidera o PDT. É rigorosamente idêntica a opinião de Gastone Righi, 49, líder do PTB, e de Djalma Bom, 46, líder do PT.

Pode ser ou não, mas o que o espetáculo de ontem não ajuda, certamente, é a melhorar a imagem de um Congresso já desgastado. (CR)

Líder do PMDB admite discutir prazos

Da Sucursal de Brasília

O novo prazo de filiação partidária para os candidatos a cargos eletivos deverá ficar entre oito e nove meses. O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, 38, afirmou ontem que seu partido e o PFL já admitem discutir as duas hipóteses. Anteontem, os dois partidos apresentaram emenda a um projeto do senador Odacir Soares (PDS-RO), fixando o prazo em dez meses. Até o próximo domingo, o plenário da Câmara adotará decisão a respeito, através de substitutivo ao projeto de Odacir Soares.

O líder do PTB, Gastone Righi, disse que peemedebistas e frentistas estão agindo "castuisticamente, para

atender aos interesses dos seus partidos, deixando de respeitar o compromisso que as lideranças partidárias firmaram mês passado, pelo qual o prazo cairia de um ano para seis meses".

A legislação em vigor fixa um prazo de 12 meses anteriores à eleição para que os candidatos a postos eletivos possam se candidatar. Mantido esse prazo, as mudanças de partido se tornariam inviáveis, pelo menos para quem pretende disputar as eleições de 1986. Por este motivo, no mês passado, as lideranças decidiram estabelecer o prazo de seis meses, mas, diante dos resultados do pleito municipal de 15 de novembro, os partidos passaram a divergir em

torno da questão, devido a diferentes avaliações sobre os resultados da eleição.

Segundo o vice-líder do PMDB, Aírton Soares, o PDS "continua querendo seis meses, porque quer dispor de mais tempo para recompor-se dos maus resultados de 15 de novembro. O PFL quer precipitar as definições, aproveitando a apreensão dos políticos de centro, diante do alegado crescimento das esquerdas e o PMDB age tendo em vista os resultados das convenções regionais que serão realizadas no dia 26 de janeiro", quando as facções derrotadas podem deixar o partido, fazendo nova opção partidária.